



Rua 15 de novembro, 1905, Manuel F. Fedéric

São Paulo disputas urbanas no aniversário da cidade

Renata Geraissati
Castro de Almeida
Colaboração:
Diógenes Sousa
Arte: Eduardo Grigaitis


Diretora: Adriana Rizkallah

Novas edificações em S. Paulo



A temos dito por diversas vezes, e conosco muitos outros, principalmente estrangeiros que nos tem visitado que S. Paulo é, incontestavelmente, uma das mais bellas cidades do Brazil, sinão a mais bella.

Em 1854, ha cincoenta annos apenas, esta capital possuia apenas 15.000 habitantes, incluindo todas as parochias do municipio.

Presentemente, sua população, por mais que pese as irregularissimas estatisticas que se tem organizado ultimamente, attinge, talvez, a 300.000 habitantes.

Ao estrangeiro, principalmente que passou pelo Rio de Janeiro e viu naquella enorme capital, acotovelando-se naquellas ruas estreitas e mal acceiadas, uma população rachitica e doentia, S. Paulo, com suas ruas alinhadas e limpas, com sua população sadia e laboriosa, dá-lhe a impressão de uma verdadeira cidade européa.

Aos esforços do dr. Antonio Prado, digno prefeito, ao seu patriotismo, e, o que mais é, ao amor a este bello torrão devem-se os extraordinarios melhoramentos pelos quaes durante a sua sabia administração tem passado esta capital; s. exc. não tem poupado esforços no interesse de dar-lhe todo o conforto possivel e de a tornar, sob todos os pontos de vista, uma cidade habitavel e digna de ser visitada pelos mais exigentes *touristes*.

As ruas, principalmente nos arrabaldes novos são em geral bem alinhadas e novas. O calçamento das ruas centraes, de paralelepipedos bem talhados e assentes sobre leitos de cascalho e cimento, é o que se pode desejar de melhor, não só pela belleza e regularidade como pela incontestavel solidez.

O centro propriamente, onde se agita a vida commercial e onde se acotovella uma população numerosa entre laboriosa e cosmopolita, máo grado os ultimos melhoramentos a que tem precedido a sabia prefeitura, como seja o alargamento dos passeios, a suppressão dos velhos postes de gaz, o alinhamento das ruas, e a desapropriação de antigos predios de apparencia archaica, para os substituir por outros, mais elegantes e mais altos, o centro, diziamos nós, exceptuando alguns trechos de superior e notavel aspecto, ainda deixa, verdade seja, muito a desejar e está muito aquem de toda e qualquer expectativa, por optimista que seja.

Entretanto, forçoso é reconhecer, S. Paulo é a primeira de todas as capitães do Brazil em conforto, belleza e modernidade.

Como já dissemos em artigo referente aos adian-

tamentos d'esta Capital, ao contrario dos antigos caseiros que se edificavam, visando mais a solidez que a elegancia e em que o mau gosto andava á porfia com as mais desparatadas extravagancias, hoje já se vêem aqui e alli, dando uma nota de arte que estimula os brios patrioticos, edificios de uma rara belleza a cuja concepção presidiu o mais acurado cuidado, e onde a mão do artista já se vae revelando.

Esse movimento de revolta, esse protesto vehemente do verdadeiro artista contra o mestre de obras, esse brado da verdadeira arte, que ninguem conhecia e de que ninguem curava, contra o artificio, a que todos nós estavamos habituados, data de pouco tempo, de muito pouco tempo mesmo.

Um dos homens que primeiro puzeram hombros a essa alevantada empresa foi o dr. Ramos de Azevedo.

Verdadeiro artista, architecto notavel, dispondo de um largo talento ao serviço de uma technica admiravel, elle foi o predestinado para iniciar essa tarefa de Hercules, para arcar com essa responsabilidade, de impor o bom gosto a uma população ignorante e de fazer de uma cidade archaica e chata uma capital elegante e distincta, onde se encontram trechos de uma frescura de acquarella.

Como é natural, iniciada esta revolta, alguns homens de verdadeiro merito, mas desconhecidos então, puzeram-se a seu lado para o secundar. Entre estes não podemos esquecer os nomes de Domiciano Rossi, Maximiliano Hehl, Victor Duburgas, architectos de invejavel valor e outros de cujo indispensavel concurso o dr. Ramos de Azevedo não poudes prescindir.

Não nos podemos esquecer, de certo, de um dos nomes mais em evidencia e que estão em melhor destaque entre os mais notaveis architectos que tem concorrido para o embellezamento d'esta Capital.

Referimo-nos ao emerito engenheiro e talentoso artista dr. Jorge Krug, uma das mais legitimas glorias do nosso meio artistico.

Sobrando-lhe talento e excellentes aptidões de architecto, possuindo um gosto educado pelo estudo e cultivado pela observação, depois de ter viajado pelo estrangeiro, não como simples *touriste*, mas como estudioso, tendo visto, observado e assimilado tudo o que em architectura lhe feriu a vista e lhe impressionou a imaginação, concorreu tambem com o seu poderoso contingente para doptar a nossa amada capital com alguns bellos edificios de superior feição artistica.

No estrangeiro não fez mais do que procurar enriquecer a sua technica e aprender.

O dr. J. Krug é, fora de toda a duvida, um architecto de alto merecimento, um artista de notavel valor,



DR. JORGE KRUG — ARCHITECTO

N

o aniversário da cidade de São Paulo, revisitamos as disputas que moldaram o espaço urbano no início do século XX, um período de profundas transformações e tensões sociais.

Em dezembro de 1905, em sua terceira edição, a Revista Moderna, publicação mensal dirigida por Gustavo Ozório, exaltava a cidade em sua coluna Novas Edificações em São Paulo, afirmando ser "incontestavelmente, uma das mais belas cidades do Brasil, senão a mais bela".

Essa visão, segundo a revista, não era apenas fruto da opinião de seus editores, mas era amplamente compartilhada por estrangeiros que visitavam a cidade e se impressionavam com seu progresso.

Para sustentar a ideia, a publicação traçava um paralelo com o Rio de Janeiro, descrito por viajantes como uma cidade em que uma população "raqútica" e "doente" se acotovelava, enquanto São Paulo se destacava por sua população "sadia e laboriosa", com ruas alinhadas e limpas.

Esse contraste de imagens entre as duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, era a expressão do discurso salubre latente no período que associava a modernidade de uma cidade ao seu progresso urbano e sanitário.

A cidade “doente” simbolizava os perigos da urbanização desordenada e da falta de controle sobre a saúde pública, e reforçaram a necessidade de reformas urbanas e do controle populacional com o afastamento de certos grupos das áreas centrais.

São Paulo, sob a gestão de Antônio Prado, foi apontada como um exemplo de progresso e modernização.

A Revista Moderna atribuiu ao “digno prefeito”, um “patriota” o mérito de transformar a cidade graças ao seu “amor a este belo torrão” e a ele deveríamos creditar “os extraordinários melhoramentos, pelos quais durante a sua sábia administração tem passado esta capital”.

Os autores reforçaram que sua gestão não pou-

pava “esforços no interesse de dar-lhe todo o conforto possível” à cidade, e tornaram-na habitável e digna de ser visitada pelos mais exigentes turistas.

As ruas eram descritas como verdadeiras vitórias de engenharia, principalmente as construídas nos arrabaldes, que eram bem alinhadas e novas, enquanto as ruas centrais, com seus paralelepípedos bem talhados, eram tidas como “o que se pode desejar de melhor” não só em termos de beleza e regularidade, mas também pela sua solidez, o que refletia a grandiosidade das reformas empreendidas.

Essas reformas estavam intimamente ligadas ao projeto das elites de construir uma cidade moderna, afastada das marcas do passado colonial, e eram também uma resposta às pressões sanitárias e à crescente necessidade de infraestrutura urbana para comportar o rápido crescimento populacional.



Vista panorâmica da Enseada do Botafogo, Rio de Janeiro, em 1897.



A Lei nº 374, de 19 de dezembro de 1898, determinou que a organização do Poder Executivo Municipal ficaria a cargo de um prefeito que até 1916 era escolhido entre os vereadores, e somente então passou a ser por votação popular.

Escolhido em 7 de janeiro de 1899, o primeiro prefeito da capital, Antônio da Silva Prado, foi reeleito sucessivamente e governou a cidade até 1911.

Sua gestão é frequentemente celebrada pela historiografia como um marco de modernização administrativa e urbanística, com a criação de diversas regulamentações e a formação de um corpo burocrático na prefeitura.

Treze dias após sua posse, o Correio Paulistano, em editorial intitulado Vida Municipal, destacou a confiança na capacidade de Prado de superar os desafios impostos pela falta de recursos para “beleza e higiene” de uma cidade em rápido crescimento.

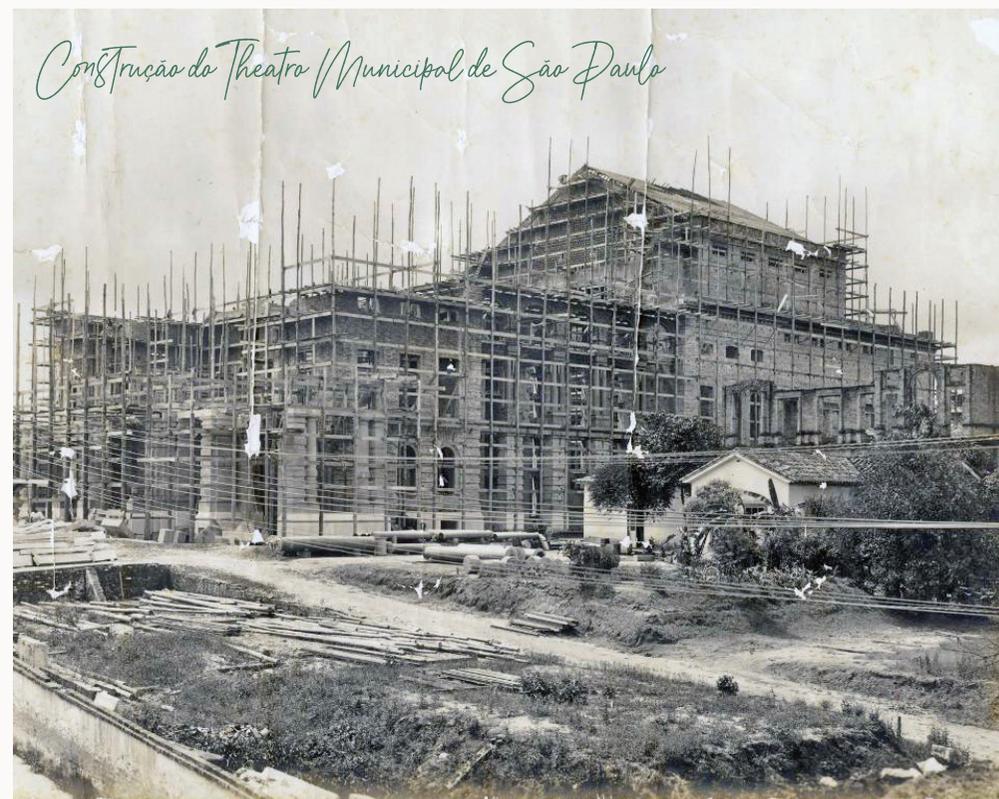
O jornal, alinhado ao prefeito, reforçava que a cidade “há de ser, talvez em breve, a grande metrópole da América do Sul”.

Essa visão progressista, contudo, vinha acompanhada de processos excludentes. As reformas urbanísticas promovidas por Prado, como o alargamento da Rua Quinze de Novembro e a de-

molição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para ampliação do Largo do Rosário, renomeado em 1909 como Praça Antonio Prado, implicaram tensões com os grupos desapropriados e reforçaram o controle elitista sobre os espaços centrais da cidade.

Simbolizando o apogeu cultural dessa gestão, o Theatro Municipal, um projeto dos arquitetos Ramos de Azevedo, Claudio Rossi e Domiziano Rossi foi inaugurado em 1911.

Apesar de ser reiteradamente exaltado como um marco de modernização, a obra foi alvo de críticas na época.



O vereador Celso Garcia questionou os vultosos investimentos no centro da cidade em detrimento de áreas periféricas e demandas básicas, como habitação e infraestrutura viária (32ª Sessão Ordinária da Câmara, 26 de outubro de 1907) demonstrando que seu governo não era uma unanimidade e não atendia às necessidades dos moradores da cidade de maneira uniforme.

Segundo a Revista Moderna, a modernização de São Paulo não se limitava à melhoria da infraestrutura física da cidade, e também passava por uma transformação estética.

Paralelamente à exaltação das reformas urbanas, a revista destacou o surgimento de uma cidade esteticamente palatável produzida por arquitetos que eram descritos como “artistas”, os protagonistas de um movimento que rejeitava o improvisado dos mestres de obras, elevando os padrões estéticos da cidade criando um espaço urbano visualmente harmônico e sofisticado.



Militão Augusto de Azevedo



Guilherme Gaensly

Assim, esta “cidade bela” era resultado da concepção acurada dos arquitetos e de seu “movimento de revolta”, de seu “protesto veemente” que era originado “do verdadeiro artista contra o mestre de obras” e em seu “brado da verdadeira arte, que ninguém conhecia e de que ninguém curava”, eram, portanto, também responsáveis por criar um novo padrão de gosto na população diferente da que “todos nós estávamos habituados”.

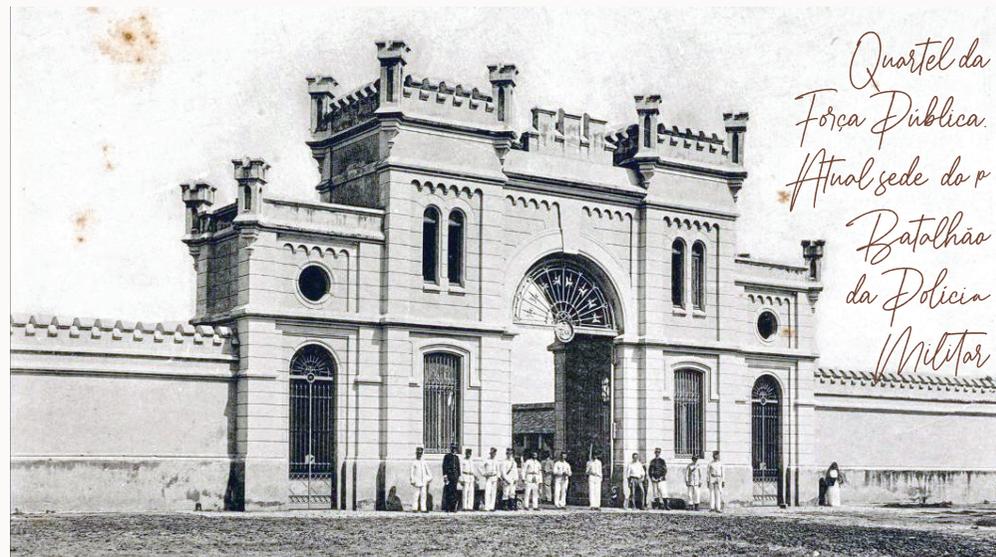
Dois vistas da Rua São Bento, a primeira, em 1887, evidencia uma cidade de arquitetura simples, erguida pelos mestres.

Acima, a foto da mesma rua no início do Séc. XX, mostra uma São Paulo já sob a influência da técnica da arquitetura mais rebuscada e com ares de modernidade, como exaltavam os gestores e a imprensa da época.

A figura de Ramos de Azevedo foi especialmente exaltada, sendo considerado um pioneiro nesse movimento. A revista atribuiu-lhe o mérito de “impor o bom gosto a uma população ignorante” e de transformar uma cidade “arcaica e chata” numa capital elegante e distinta.

Essa narrativa de transformação estética e cultural se alinhava aos esforços das elites em criar um espaço urbano que refletisse uma imagem de progresso, enquanto ao mesmo tempo, tentavam afastar o que consideravam elementos de atraso que caracterizavam o período colonial.

Além do “arquiteto notável” que empregou uma “técnica admirável” para modificar a cidade, mencionaram também o papel de outros arquitetos e engenheiros relevantes para a mudança da paisagem, reconhecidos por sua contribuição no processo de modernização da cidade.

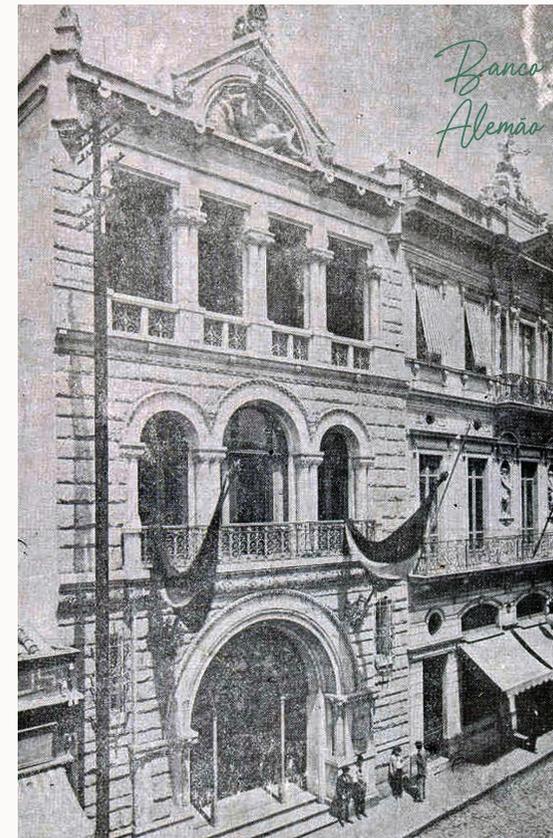
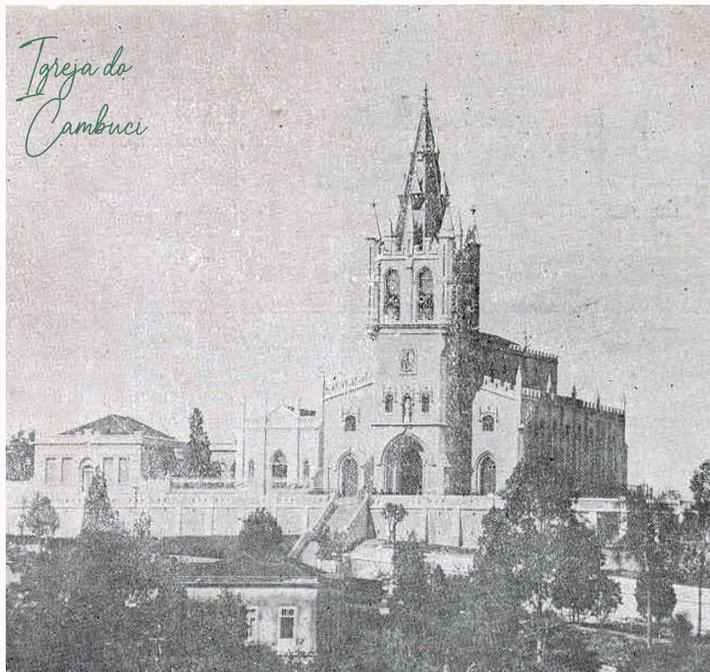


Fotos: Escriptorio Technico Ramos de Azevedo.



São citados Domiciano Rossi, com participação em obras como o Palácio das Indústrias, o Palácio dos Correios, a Pinacoteca do Estado e o Teatro Municipal; Maximiliano Hehl, autor do projeto da Catedral da Sé; Victor Dubugras, com o Largo da Memória e Jorge Krug, responsável pelo Banco Alemão na Rua Quinze de Novembro e pela Igreja do Cambuci.

Os editores claramente defendem um posicionamento perante um debate em curso nesse momento, a defesa de uma hegemonia dos arquitetos diplomados sobre os mestres de obras, querela que perdurou por anos e que não foi consolidada sem resistências e disputas.



O historiador Lindener Pareto Junior, em sua tese *Pândegos, rúbulas, gamelas: Os construtores não-diplomados entre a engenharia e a arquitetura, 1890-1960*, analisa como o processo de profissionalização da arquitetura e da engenharia no Brasil foi permeado por tensões e disputas.

O próprio vocabulário empregado para se referir à atuação de alguns profissionais como "práticos" ou "práticos licenciados" mostrava a crescente influência dos profissionais diplomados na produção da cidade.

Pareto Junior ressaltou que no início do século XX, as fronteiras entre as atribuições dos arquitetos, construtores e mestres de obras eram imprecisas, e muitas vezes as funções de cada um se sobrepunham nos canteiros de obras, o que dificultava a regulamentação da profissão, que ocorreu apenas com o decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

O decreto respondeu à pressão das escolas de engenharia e arquitetura que ansiavam por relegar os construtores não diplomados a uma posição secundária.

Seu primeiro artigo dispõe que o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor só seria permitido:

a) aos diplomados pelas escolas ou cursos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, oficiais, da União Federal, ou que sejam, ou tenham sido ao tempo da conclusão dos seus respectivos cursos, oficializadas, equiparadas às da União ou sujeitas ao regime de inspeção do Ministério da Educação e Saúde Pública;

b) aos diplomados, em data anterior à respectiva oficialização ou equiparação às da União, por escolas nacionais de enge-

nharia, arquitetura ou agrimensura, cujos diplomas hajam sido reconhecidos em virtude de lei federal;

c) àqueles que, diplomados por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, após curso regular e válido para exercício da profissão em todo o país onde se acharem situados, tenham revalidado os seus diplomas, de acordo com a legislação federal do ensino superior;

d) àqueles que, diplomados por escolas ou institutos estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, tenham registrado seus diplomas até 18 de junho de 1915, de acordo com o decreto n. 3.001, de 9 de outubro de 1880, ou os registraram consoante o disposto no art. 22, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924.

Vista panorâmica da cidade de São Paulo em 1902. Guilherme Gaensly.



No entanto, no Decreto também foi necessário prever uma exceção para os profissionais não diplomados que já exerciam a profissão antes de sua regulamentação, o que permitiu que muitos mestres de obras continuassem atuando na construção de São Paulo.

O artigo 3º postulou que seria garantida a permissão para exercer as funções “dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições” aos arquitetos, arquitetos-construtores, cons-

trutores e agrimensores não diplomados “mas licenciados pelos Estados e Distrito Federal” que conseguissem comprovar “com as competentes licenças, o exercício das mesmas funções à data da publicação deste decreto”.

A manutenção das licenças para os não-diplomados reflete não apenas a resistência desses profissionais, mas também a impossibilidade de ignorar o papel fundamental que desempenharam na transformação do espaço urbano.

Para o exercício de suas funções, todos os profissionais deveriam estar em dia com o pagamento dos impostos para que não perdessem sua licença, demonstrando um claro controle institucional sobre a prática profissional.

Pareto Júnior ressalta que apesar dessa regulamentação, os profissionais sem diploma continuavam a ser maioria absoluta no quadro de registros e participaram ativamente da produção do espaço urbano e da popularização do “desenho e do canteiro entre os cidadãos” p.53.

O autor também nos mostra que nos pedidos de reformas e construções enviados para a Prefeitura constantes na Série Obras Particulares são milhares os assinados por esses profissionais, indicando também que o acesso aos arquitetos diplomados era restrito a uma parcela pequena da população e ao poder público.

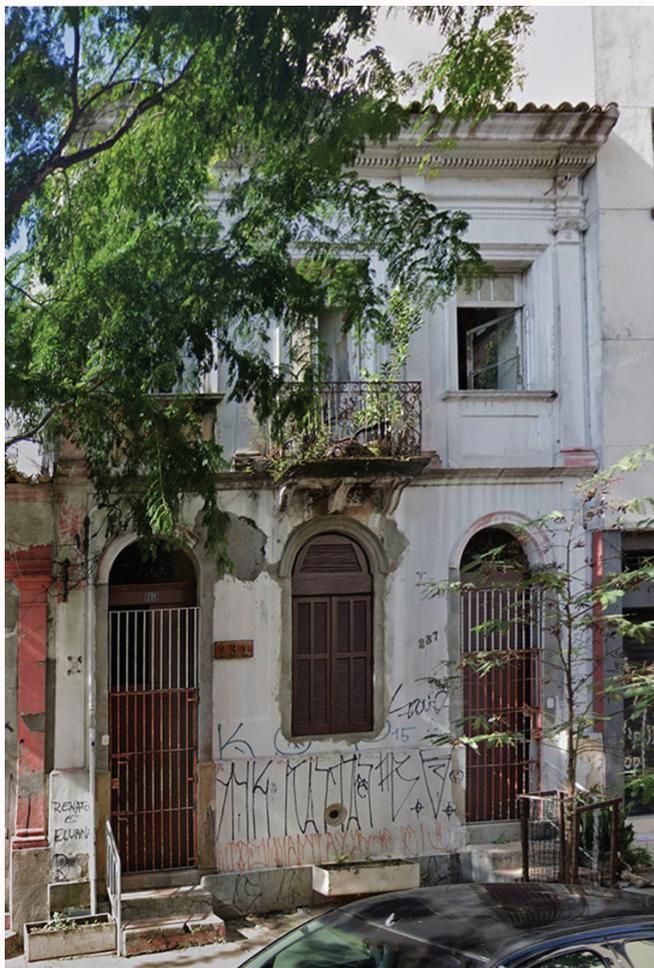
O artigo sete do decreto instituiu a prática que permanece visível até hoje, afixando ser necessário que em todas as construções ou instalações fosse colocada em local visível uma placa que informasse ao público “o nome ou firma do profissional legalmente responsável” pela obra.

Essa medida ia além de garantir transparência, tornando-se também um símbolo das disputas de poder e legitimidade dentro do campo profissional ao exigir a indicação do título de formatura do responsável, bem o endereço de sua residência ou de seu escritório, e quando a obra não fosse executada por um profissional diplomado, deveria conter “de modo bem legível, a inscrição - “Licenciado”.

Essa dinâmica ressalta as disputas e negociações que marcaram o processo de profissionalização e regulamentação no início do século XX, evidenciando que a modernização da cidade esteve longe de ser um processo linear ou consensual, mas sim permeado por conflitos e compromissos entre diferentes visões e práticas de produção do espaço urbano.

A regulamentação das profissões ligadas à construção civil, como arquitetos e engenheiros, também ilustra como as dinâmicas de poder se manifestavam em diferentes campos, estabelecendo novas hierarquias e demarcando fronteiras no mercado de trabalho.

Considerada a casa mais antiga do Bixiga, o sobrado da Rua São Domingos, 231, data de 1889. Foi construída por um “Capomastri”, um mestre italiano, sem formação técnica, mas sim prática. O imóvel ainda existe e é tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal.



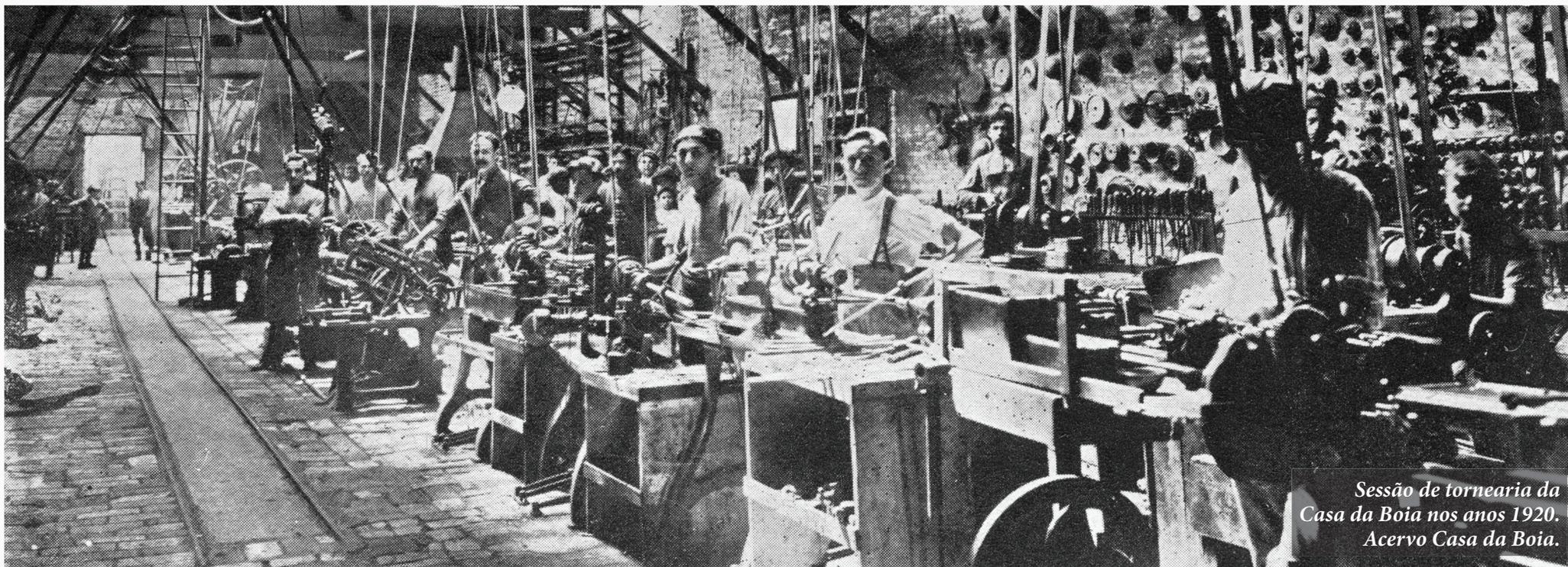
Essas disputas não apenas reorganizaram o espaço físico da cidade, mas também reafirmaram desigualdades sociais.

Os debates em torno do urbanismo, salubridade e regulamentação profissional não se limitavam à construção de uma São Paulo “moderna”, mas também à consolidação de um modelo de cidade que ainda enfrenta desafios relacionados à exclusão social e à segregação espacial.

Ao largo das discussões sobre o exercício das atividades dos “mestres” e a necessidade de uma formação curricular de engenheiros e arquitetos, sintomático é perceber que, ao menos no período inicial das atividades da

Casa da Boia, em um recorte temporal mais ou menos datado do final do Século XIX até o final dos anos 40, não há registros de que Rizkallah Jorge, o fundador da empresa, ou qualquer pessoa responsável pela produção dos itens que comercializava tivesse tido formação curricular em áreas como engenharia, metalurgia ou afeitas.

Não obstante, em uma época que precedeu muito das regulamentações técnicas hoje existentes, o talento e o compromisso com uma produção de qualidade, levaram a empresa a ser partícipe das profundas mudanças urbanas, quer seja pelas mãos dos mestres, ou dos engenheiros e arquitetos do período.



Sessão de tornearia da Casa da Boia nos anos 1920. Acervo Casa da Boia.

Ainda que sem formação acadêmica, Rizkallah Jorge formou uma equipe de mestres metalúrgicos que levaram a produção da Casa da Boia a um nível de qualidade que garantiu a empresa diversos reconhecimentos, como os diplomas de Honra ao Mérito, na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908 e a Medalha de Ouro na Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho, em Turim, 1911.

Bibliografia

A vida municipal. CORREIO PAULISTANO, 11 de janeiro de 1899, capa.

BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/12/1933, Página 2344.

REVISTA MODERNA. São Paulo, Ano 1, n.3, dez. 1905.

PARETO JUNIOR, Lindener. Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960). 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.



Vista aérea da cidade de São Paulo em 1936. Museu Aéropacial. Autor desconhecido.

CASA DA BOIA
METAIS E HIDRÁULICA
DESDE 1898

*Diretor: Mario Rizkallah
janeiro, 2025*